



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUÍZ(A) DA 2ª VARA FEDERAL DA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUNDIAI- SP**

Autos nº 5003509-98.2025.4.03.6128 - Inquérito Policial
(Promoção de Arquivamento)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** - oficiando no feito o Procurador da República ao final subscrito, com fundamento no inciso I e no inciso VIII do artigo 129 da Constituição da República, bem como no artigo 28 do Código de Processo Penal - promove o **ARQUIVAMENTO** do presente feito em virtude da **falta de evidências mínimas do elemento subjetivo (dolo) por parte dos investigados e do crime de falsidade ideológica.**

Nesse sentido, o presente Inquérito Policial foi instaurado para apurar a suposta prática do crime de falsidade ideológica, tipificado no artigo 299 do Código Penal, em decorrência de fatos noticiados pela Receita Federal do Brasil por meio da Representação Fiscal para Fins Penais nº15771.720861/2025-11.

A investigação se concentrou na empresa _____, que registrou a Declaração de Importação (DI) nº24/2243687-0, em 14/10/2024, para a nacionalização de uma máquina industrial (modelo SM481PLUS) importada da Coreia do Sul, avaliada em aproximadamente R\$349.417,02, incluindo tributos.

A fiscalização aduaneira apontou evidências de suposta interposição



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP

fraudulenta na importação do bem, sobretudo incompatibilidade econômico-financeira da empresa (capital social de apenas R\$10.000,00), ausência de funcionários registrados no eSocial e sede situada em local de aparência estritamente residencial.

A empresa investigada, durante o rito administrativo, quedou-se inerte, deixando de trazer esclarecimentos sobre as evidências de irregularidades, resultando na aplicação da pena de perdimento da mercadoria e na presunção legal de ocultação do real adquirente.

No curso da investigação criminal, foram colhidos os depoimentos dos investigados _____ e _____, que trouxeram esclarecimentos sobre o caso:

- I. Depoimento de _____**: *QUE não esta a frente da _____; QUE tomou conhecimento desta empresa há pouco tempo; QUE quem a fundou foi _____; QUE namorou _____ por 03 anos, mas esta separada desde o começo de 2023; QUE não moraram juntos; QUE descobriu essa empresa após sua separação; QUE quando a maquina foi apreendida _____ entrou em contato com a declarante explicando o ocorrido; QUE _____, enquanto namoraram, disse que precisava sobreviver e que a declarante era a única que confiava; QUE os negócios do mesmo não estavam indo bem; QUE _____ pediu que a declarante assinasse uns papeis, mas não viu o conteúdo; QUE _____ tinha uma empresa de maquinas, mas não sabe exatamente;*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP

QUE não se recorda o nome da empresa e nem onde ficava; QUE foi lá uma vez, mas não sabe o endereço; QUE salvo engano foi no meio de 2025 que _____ lhe informou; QUE disse a _____ pra fechar esta empresa; QUE irá obter o contato de _____; QUE sempre fala com o mesmo que garantiu que iria se responsabilizar; QUE não acha que _____ adotou esta conduta pra lhe prejudicar.

II. Depoimento de _____:

QUE atualmente voltou a uma condição em que estava antes de abrir a empresa, fazendo trabalhos temporários na área de consultoria em manutenção de máquinas; QUE precisava retornar a atividade que exercia anteriormente, mas achava que não conseguiria abrir a empresa por conta de dívidas anteriores; QUE precisaria também do radar pra fazer a importação; QUE solicitou a _____ que abrisse esta empresa em seu nome; QUE nunca pensou que tudo isso se tornaria um problema ao declarante e a ela; QUE já teve outra empresa na área de importação de máquinas; QUE não tinha na _____ funcionários registrado; QUE tinha uma reserva e vinha sobrevivendo e pediu aos familiares auxílio para completar o valor necessário pra importar máquinas pra montar placas eletrônicas; QUE neste caso em específico era apenas uma máquina; QUE a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP

_____ tinha como capital social 10 mil reais; QUE já tinha feito uma ou duas importações sem problemas, não se recordando o valor; QUE foi reinvestindo esse valor; QUE havia também recebido uma indenização de 80 mil dolares; QUE a Receita exige alguns pontos que não fazem sentido, pois não precisa ter um galpão, nem ter funcionários; QUE não poderia imaginar que geraria todos esses problemas; QUE nem sabia que não poderia importar para terceiros por exemplo;

QUE a _____ já havia importado maquina como esta, mas com configurações diferentes salvo engano em 2023 ou 2022, sem ocorrer nenhum contratempo; QUE todos os tributos foram pagos, o que foi mencionado pelo próprio fisco; QUE a máquina em questão foi a perdimento, não havendo prejuízo ao erário; QUE não teve intuito de cometer qualquer crime, só queria retomar uma atividade que sempre exerceu e ter um ganho necessário pra uma vida digna e não depender dos outro; QUE trabalha nesta área de importação e venda desde 1989 quando tinha 29 anos de idade; QUE nunca trabalhou em área distinta; QUE tentou se relocar no mercado mas não conseguiu até por conta da idade; QUE a ultima importação antes da _____ foi em 2012/2013; QUE desde então vinha sobrevivendo com trabalhos temporários; QUE abriu a empresa em nome da _____ porque queria uma independência apesar da sua idade; QUE _____ teve acesso aos documentos, então acredita que ela tinha conhecimento da abertura da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP

empresa, podendo não ter compreensão do que se tratava; QUE ela assinou os documentos inclusive autorizando o mesmo a atuar pela empresa e nunca quis prejudica-la; QUE não tinha conhecimento de que estava cometendo ilícito.

A autoridade policial, em seu relatório final, deixou de indiciar os investigados, sustentando "(...) que não houve dolo na conduta seja de _____ que teve seu nome utilizado para abrir a empresa, com consentimento, seja de _____, uma vez que não vislumbro indícios de que o mesmo tenha tido algum intuito de cometer delito ou mesmo fraudar o fisco."

É o relatório.

De início, imperioso reconhecer a ausência de evidências mínimas dos elementos subjetivos (dolo) por parte dos investigados _____ e _____ do crime de falsidade ideológica, mais especificamente a vontade livre e consciente dos agentes em fraudar o controle estatal com o fim específico de prejudicar direito ou criar obrigação indevida, conforme apontado pela autoridade policial (Relatório nº 976415/2026).

Ora, o crime de falsidade ideológica exige, de forma concomitante à conduta de inserir declaração falsa em documento, o elemento subjetivo do tipo (dolo específico), consistente no fim de "prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante".

A propósito, o crime de falsidade ideológica somente admite a forma dolosa, exigindo o intuito específico de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre algum fato:

"PENAL. ART 299 CP. FALSIDADE IDEOLÓGICA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. ART. 62, III, CP. SUBSTITUIÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP

DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. A caracterização do delito de falsidade exige, de forma concomitante, além da realização de algum dos verbos nucleares, o dolo, consistente na vontade, livre e consciente, de praticar alguma das condutas descritas no tipo, bem como o elemento subjetivo, que se caracteriza pelo fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre algum fato, e, ainda, que esse fato seja juridicamente relevante, pois tais fatores são elementares do tipo penal em comento. Se os outros denunciados foram absolvidos, não há falar na aplicação da agravante do art. 62, III, do Código Penal. Preenchidos os requisitos subjetivos e objetivos previstos no art. 44 do CP, cabível a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, de acordo com a jurisprudência desta Turma." - grifo próprio (TRF4, ACR 2006.72.12.000169- 7, OITAVA TURMA, Relator LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO, D.E. 18/03/2010).

“PENAL. PROCESSUAL PENAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. DECLARAÇÃO FALSA EM FOLHA DE PONTO DE ÓRGÃO PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DOLO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ABSOLVIÇÃO. (...) 2. Diante da vedação da responsabilidade penal objetiva, se ausente o dolo de cometer a conduta típica e não previsto o tipo culposo, a absolvição é medida de rigor. 3. Para a configuração do crime de falsidade ideológica, é indispensável a presença do dolo específico, consubstanciado na vontade de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. 4. Recursos das defesas providos. Recurso do MPF prejudicado.” - grifo próprio (TRF 3ª Região, QUINTA TURMA, ApCrim APELAÇÃO CRIMINAL - 77007 - 0007359-62.2012.4.03.6110, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL MAURICIO KATO, julgado em 28/11/2022, DJEN DATA:05/12/2022).

No mesmo sentido, na lição de Cezar Roberto Bitencourt: *"Para a configuração do delito de falsidade ideológica exige-se, além do dolo genérico, o especial fim de agir, que se traduz pela intenção de prejudicar direito, produzir obrigação ou modificar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Com efeito, a falsidade somente adquire importância penal se for realizada com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Não ocorrendo qualquer dessas hipóteses, é de reconhecer a falta de justa causa para a ação penal, pois se trata de conduta atípica."* (BITENCOURT, Tratado de Direito Penal, Volume 4, 14ª edição, Saraiva, 2020, p.1640).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP

No caso em tela, observa-se que o intuito de _____ foi contornar obstáculos burocráticos e financeiros pessoais para a retomada de sua vida profissional, não objetivando a sonegação de tributos ou a prática de descaminho, tanto que a carga tributária foi integralmente recolhida.

Embora a conduta configure irregularidade administrativa passível da pena de perdimento (já aplicada), carece da densidade criminal necessária para um processo penal e, muito menos, uma condenação por falsidade ideológica.

Da mesma forma, a atuação de _____ foi meramente formal, baseada na confiança de um relacionamento afetivo, sem a plena compreensão da ilicitude das declarações inseridas nos documentos de importação.

Diante de todo o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** promove o **ARQUIVAMENTO dos presentes autos** em decorrência da **falta de evidências mínimas do elemento subjetivo (dolo) por parte dos investigados** e **do crime de falsidade ideológica**, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal e na Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal.

Campinas/SP, data e assinatura digitais.

GUSTAVO NOGAMI
PROCURADOR DA REPÚBLICA